

O CENTAURO IMPERIAL OS ENGENHEIROS E A ORGANIZAÇÃO DA CULTURA NO IMPÉRIO BRASILEIRO

Pedro Eduardo Mesquita de Monteiro Marinho – PPG-UFF
Pesquisador do Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST / MCT
pedro@mast.br – pedromarinho@yahoo.com.br

Ao estudar o conjunto de representações e práticas sobre a engenharia na segunda metade do século XIX e a importância dos engenheiros atuantes no Rio de Janeiro neste período, as formulações gramscianas podem auxiliar na compreensão das práticas sociais destes agentes e suas relações de classe, tomando-se como perspectiva principal a filiação à noção de *Estado ampliado* formado pela sociedade política e a sociedade civil, constituído como o lugar das relações sociais em conflito.

As formulações do revolucionário italiano Antônio Gramsci privilegiaram as formas através das quais se assegura o predomínio de um grupo ou fração de classe sobre o conjunto da sociedade nacional inteira exercido mediante as organizações privadas. O Estado é compreendido como “o organismo próprio de um grupo destinado a criar as condições favoráveis à máxima expansão do próprio grupo”¹. O que garante a eficiência desse processo expansivo é não ser identificado como a concretização de interesses exclusivos dos grupos beneficiados, mas como expressão de toda a sociedade.

A sociedade não consiste apenas num modo de produção garantido coercitivamente pelo “poder do Estado”, mas também em hábitos de vida e pensamento, numa concepção de mundo amplamente difundida pela sociedade e na qual se inserem os costumes, a moral, o gosto popular, o senso comum, o folclore e também os princípios filosóficos e religiosos da maioria da população. E é este modo de pensar e agir dos homens e dos governados que se constitui no mais importante suporte da ordem constituída. A *força plena* é uma reserva para os momentos excepcionais, os momentos de crise. Normalmente o domínio da classe ou fração de classe dominante se apóia sobre uma adesão dos governados ao tipo de sociedade em que vivem, i. e., sobre o *consenso*. Gramsci desloca a noção *centáurica* – meio homem, meio animal - do “Príncipe”, de Maquiavel - para o Estado, denominando-o como instituição composta de força e consenso, de dominação e hegemonia, de violência e civilização. Mas não se trata apenas de uma dualidade justaposta e sim de um processo orgânico complexo, sintetizando o Estado no conjunto formado pela sociedade política e sociedade civil, uma noção de Estado ampliado.

Já se pretendeu que o ponto de vista de Gramsci subvertia as relações que Marx havia verificado entre a base e a superestrutura, passando esta a determinar aquela. Na verdade Gramsci, mantendo o postulado marxista, combateu as interpretações sobre o pensamento de Marx que – segundo a expressão de Croce – faziam da economia um *Deus oculto*² e tem

sempre em conta a unidade material-espiritual que constitui todo regime social. Esta unidade é expressa no “*conceito de bloco histórico, isto é, unidade entre a natureza e o espírito (estrutura e superestrutura), unidade dos contrários...*”³.

Gramsci revela a importância política da ideologia⁴, das formas culturais, mas sem reduzi-la a uma mera manifestação imediata do predomínio econômico e social de uma classe e sim como a resultante de um esforço permanente desta, que visa a criação de um consenso. Assim, em seu pensamento, os momentos da reflexão e da ação, da teoria e da prática, são inseparáveis, de modo que tão ou mais importante que a criação de formas culturais é a sua difusão. Assim, a “ideologia” mostra a sua eficácia na prática, por sua capacidade de organizar a conduta humana.

O conceito de Estado, em Gramsci, vem intimamente ligado ao de *hegemonia*⁵. Gramsci era um político atuante, cujo objetivo era a criação de uma nova ordem social e a conquista do poder pelos trabalhadores, mas entendia isso como sendo, antes de tudo, a *criação de uma nova ordem intelectual e moral*. Para Gramsci, o instrumento dessa reforma é justamente o partido político. Aqui, como em Lênin, vê-se não somente a valorização do papel do partido, mas a interpretação entre as teorias do Estado e do partido. Ao partido caberá a “*formação de uma vontade coletiva nacional-popular, da qual ... é ao mesmo tempo o organizador e expressão ativa e atuante*” e também a *missão de preparar e “reforma intelectual e moral”*⁶.

A concepção gramsciana de política é ampla, não se reduzindo à luta pela conquista do Estado, mas mesmo este já é entendido de forma abrangente: “... *Estado é todo o complexo de atividades práticas e teóricas com as quais a classe dirigente justifica e mantém não só o seu domínio, mas consegue obter o consentimento ativo dos governados ...*”⁷.

Este conceito amplo corresponde à função de hegemonia. Gramsci especifica mais este ponto de vista, formulando a idéia de que a supremacia de um grupo social se manifesta em dois momentos: como poder de dominação e como direção intelectual e moral. O primeiro momento corresponde ao Estado, entendido aqui em sentido restrito, e o segundo à hegemonia. Esta separação, em Gramsci, é de natureza metodológica e não orgânica pois, na realidade, os dois momentos aparecem em unidade dialética. Tal unidade, que constitui o bloco histórico, é ressaltada por Gramsci quando se utiliza do conceito de Estado, não mais em sentido restrito, mas em sentido integral, abarcando a *ditadura mais a hegemonia*. Ou ainda, como é dito em *Maquiavel*: “... *Deve-se notar que na noção geral de Estado entram elementos que também são comuns à noção de sociedade civil (neste sentido, poder-se-ia dizer que Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia revestida de coerção)*”⁸

Por outro lado, se a função de dominação / coerção é indispensável, a função de direção também o é, e pode, inclusive, anteceder o momento de dominação. Com relação a essa

questão, Gramsci deteve-se particularmente, trazendo contribuições fundamentais sobre o papel dos intelectuais. “...*eu amplio muito a noção de intelectual, não me limitando à noção corrente que se refere aos grandes intelectuais. Este estudo leva também a certas determinações do conceito de Estado, que comumente é entendido como Sociedade política (ou ditadura, ou aparelho coercitivo para amoldar a massa popular ao tipo de produção e à economia de dado momento) e não como equilíbrio da Sociedade política com a Sociedade civil (ou hegemonia de um grupo social sobre a sociedade nacional inteira exercida através das chamadas organizações privadas, como a Igreja, os sindicatos, as escolas, etc.), e justamente na sociedade civil em particular operam os intelectuais.*”⁹

Assim, aos intelectuais estaria reservada a função de construir a homogeneidade de uma classe ou fração de classe e o exercício da direção moral e intelectual, não apenas no interior de uma classe / fração, mas para o conjunto da sociedade na busca da produção e obtenção de consenso. Os intelectuais, contudo, não têm necessariamente a mesma origem social das classes fundamentais que representam. Ou seja, não se definem por sua origem de classe, mas pela posição de classe que assumem, pelo lugar ocupado e pela função que desenvolvem.

O intelectual orgânico deve estar diretamente relacionado com a vida prática, deve ser um “persuasor permanente”. O processo de transformação social requer assim “*intelectuais políticos qualificados, dirigentes, organizadores de todas as atividades e funções inerentes ao desenvolvimento orgânico de uma sociedade integral*”¹⁰. Para Gramsci, uma classe que pretende tornar-se ou manter-se hegemônica deve ter como perspectiva principal criar os próprios intelectuais orgânicos e lutar pela conquista ideológica dos intelectuais tradicionais.

A modernização dos centros urbanos esteve no centro das discussões durante todo o último quartel do século XIX. Os dirigentes do Estado Imperial procuraram consolidar seu projeto de nação e para isso o trabalho dos engenheiros foi fundamental. A construção da nação teve na engenharia um de seus principais pilares, pois os projetos envolvidos, que davam visibilidade ao governo imperial e a seus principais dirigentes, diziam respeito ao mapeamento e exploração das riquezas naturais, construção de portos e estradas de ferro, estabelecimento de um procedimento de comunicação telegráfica e marítima, abastecimento de água, saneamento e reforma urbana. As atividades dos engenheiros estavam diretamente relacionadas às obras públicas, recebiam encomendas para “planos de melhoramentos” e possuíam, também, função de fiscalização, de execução das obras e das benfeitorias na Corte e nas províncias e, ainda, de realização de eventos como as exposições nacionais.

A classe dominante do Segundo Reinado¹¹ – formada basicamente por proprietários de terras e de escravos, setores ligados à economia agro-exportadora, comerciantes, negociantes¹² e um conjunto de intelectuais que, juntos, deram a solda necessária para que

os interesses de uns se conjugassem aos interesses dos outros – comandava o projeto político e ideológico dos “melhoramentos materiais” na formação social brasileira. Possuía um papel importante na manutenção e expansão dos seus interesses econômicos pela própria condução dos negócios políticos e administrativos do Estado Imperial. Nesse processo a administração pública misturava-se aos interesses particulares da classe dominante. A “modernização” do Estado estava intimamente relacionada aos interesses dessas classes que, por sua vez, fortaleciam o poder da administração central. Atuando em conjunto, a atividade dos engenheiros referendava essa ideologia civilizatória e de “progresso”, baseada na construção de um Estado moderno, nos moldes dos saberes científicos do século XIX.

A *engenharia imperial*¹³ esteve, durante a metade final do século XIX, estreitamente ligada às frações dominantes. Os interesses de uns convergiam com os interesses dos outros e, com isso, a influência dos engenheiros junto aos dirigentes da nação foi aumentando consideravelmente. Mesmo diante das mudanças na economia brasileira e da ascensão de novas frações ao poder, os engenheiros foram mantendo e ampliando sua esfera de influência. O conhecimento desses homens os habilitava a exercer funções em diferentes instâncias de poder. Perceberam a importância de atuar de forma mais decisiva no cenário político, mobilizando-se em prol de alternativas para questões específicas da profissão. Construíram sua base dentro do campo intelectual para que nele fossem definidas as regras para a formação acadêmica, pois isto lhes garantiria a titulação necessária ao exercício da profissão e, também, as regras de atuação dentro do próprio campo.

O campo intelectual¹⁴, do qual os engenheiros brasileiros faziam parte, tomou forma na metade final do século XIX. A reformulação da Escola Central e sua posterior transformação em Politécnica, a fundação de associações profissionais e a publicação de periódicos técnicos especializados são fatores que contribuíram para definir atribuições, dar legitimidade ao grupo e, também, construir alianças com outros grupos sociais.

Não podemos deixar de registrar o momento de crise de hegemonia¹⁵ pela qual passava a classe dominante. Avizinhava-se a privação da mão-de-obra escrava e uma desestruturação do modelo econômico. Os novos setores produtivos, surgidos da modernização das atividades econômicas, tinham interesses diversos, o que tornou o processo cada vez mais intrincado.

Até 1870, os dirigentes imperiais implementaram reformas que contiveram possíveis contestações ao exercício do poder constituído. A partir desse momento, as reformas não foram suficientes. Apesar de o “projeto imperial” ter, até determinado momento, expressado os ideais de “progresso” e “modernização”, a pressão sofrida pelo modelo escravista acabou por diminuir sua capacidade de ser o porta-voz desse discurso e novas alianças foram

costuradas. É nesse momento que surge o Clube de Engenharia, fundado em 24 de dezembro de 1880, num sobrado de uma casa comercial da Rua do Ouvidor.¹⁶

A trajetória do Clube de Engenharia foi construída pela determinação em reunir engenheiros e os “vários ramos industriais” em torno de objetivos comuns, destacadamente aqueles que se encontravam ligados ao que era identificado como a “idéia de progresso” do país. Sendo uma associação que procurava unir pensamento à ação, desde o seu início demonstrou o firme propósito de associar a engenharia à indústria¹⁷. O artigo primeiro do Estatuto do Clube de Engenharia jamais teve seu conteúdo modificado.¹⁸

A união entre engenheiros e “indústria nacional” se tornara característica definidora da agremiação, bem como o maciço contingente desses profissionais entre seus sócios configurou um perfil institucional. Muitos sócios do Clube se autodenominavam “capitalista”, “proprietário de estabelecimento industrial” ou “negociante”.

Observando-se a ação da entidade, em função de seus objetivos básicos, é possível evidenciar a firme adesão aos princípios referentes à engenharia e à indústria. O Clube de Engenharia era representativo de setores econômicos e intelectuais brasileiros. Deve-se registrar que, já no discurso proferido no dia da inauguração, Conrado Niemeyer assegurava que “... esta sala será um ponto de reunião para os engenheiros, industriais, fabricantes etc., e que é um excelente meio de facilitar os negócios e ao mesmo tempo um foco onde as questões técnicas se discutirão resultando, portanto, o esclarecimento delas, de todo conveniente principalmente quando submetidas à opinião pública”.¹⁹

O Clube de Engenharia tinha a tarefa de organização e de representação de interesses dos engenheiros, pois exercia influência significativa junto à “sociedade política”, já que seus membros pertenciam às diferentes instâncias de poder, além de representar vários setores da economia nacional, cujas perspectivas já não se coadunavam, no todo, com os do Estado monárquico. Ao longo da última década do século XIX, passando pela década seguinte, o Clube de Engenharia iria se consolidar como uma das principais associações de classe e profissional do Brasil, cuja atuação foi decisiva no processo de transformações daquele período, o que demonstra a capacidade de inscrição de suas formulações junto à sociedade política.

O Clube de Engenharia pode ser encarado como a principal associação empresarial e profissional do Rio de Janeiro, cuja atuação foi decisiva no processo de modernização urbana. Para Cury, o que torna original a relação entre engenharia e indústria “é justamente a declaração assumida dessa mesma afinidade, no intuito de contribuir para aceleração das atividades econômicas que beneficiassem engenheiros e industriais mutuamente. A indissociabilidade de seus propósitos, portanto, revela a compreensão clara que ambos os grupos tinham na completa interação entre seus destinos profissionais”.²⁰ Os engenheiros Ignacio da Cunha Galvão e Hollanda Cavalcanti afirmavam que “os homens de negócio são

hoje os sapadores, por assim dizer, os *pioneers* da civilização; graças à indústria, essa grande e contínua aplicação das riquezas industriais da humanidade”.²¹

Pensando na estreita relação estabelecida entre engenheiros e grupos representantes da “indústria nacional” e no papel assumido por eles na condução de suas disputas em torno do aparelho de Estado, vislumbramos a possibilidade de pensar como o Clube de Engenharia assume a função de “partido”, nos moldes em que propõe Gramsci. Um partido pode ser visto como uma formação burocrática e ideológica de uma classe à qual se liga organicamente. Esta classe pode se expressar e se organizar por meio do partido, pois este se apresenta como um instrumento de obtenção/manutenção de poder e é, também, uma forma de disseminar sua concepção do mundo.

Antonio Gramsci distingue duas formas de partido: o político e o ideológico. O partido ideológico está dentro do conjunto dos aparelhos privados de hegemonia – imprensa, círculos, associações, clubes. Uma das maneiras possíveis de se pensar o Clube de Engenharia é como partido ideológico, o que garante a idéia, aqui defendida, de que o Estado no Brasil ampliava-se ao longo da segunda metade do século XIX.

Podemos observar que no mundo moderno, em muitos países, os “partidos orgânicos e fundamentais”, por conveniência da luta ou por alguma outra razão, dividiram-se em frações, cada uma das quais assumindo o nome de partido e, inclusive, de partido independente. Por isso, muitas vezes o “Estado-Maior intelectual” do partido orgânico não pertence a nenhuma dessas frações, mas opera como se fosse uma força dirigente em si mesma, superior aos partidos e às vezes reconhecida como tal pelo público. Esta função pode ser estudada com maior precisão se partimos do ponto de vista de que um jornal (ou grupo de jornais), uma revista (ou grupo de revistas) são também “partidos”, “frações de partido” ou “funções de determinados partidos”²². O Clube de Engenharia trabalha com questões específicas das frações de classe que procura representar e, ao unificar interesses e difundir visões de mundo, atua como dirigente, possibilitando a inserção dessas frações em diferentes esferas de poder. O Clube de Engenharia foi responsável pela organização, representação e institucionalização – tanto no âmbito da sociedade civil quanto no âmbito da sociedade política – dos interesses de determinados grupos sociais. Ao unificar interesses e difundir visões de mundo, atuou como *partido*.

Ao final dos anos 70 do século XIX, a correlação de forças que sustentava a monarquia brasileira passou a demonstrar sinais de fraqueza e suas atitudes tendiam a um certo isolamento. As reformas implantadas já não eram suficientes para calcificar as fraturas. Aliás, estavam expostas demais e as soluções encontradas só acentuavam as feridas. Os setores médios urbanos mobilizavam-se e as novas frações da classe dominante articulavam-se, buscando alianças que as colocassem em posição de assumir a condução do Estado brasileiro. A crise de hegemonia “encontra” a crise política. Não sem razão, 1880

começa com uma revolta popular e termina com a criação do Clube de Engenharia, sintomas e elementos dessa crise e da ampliação do Estado Imperial brasileiro.

¹ Antônio Gramsci. *Cadernos do Cárcere*. Vol 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 41.

² Idem, *A Concepção Dialética da História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981, p.220-221.

³ Idem, *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968, p. 12.

⁴ Gramsci procura evitar a simplificação que consiste em “desmascarar” as ideologias, reduzindo-as a “aparências” e as mostra como um poder real que leva os homens a atuar de certa maneira e que se integra na unidade social: “É necessário, por conseguinte, distinguir entre ideologias historicamente orgânicas, isto é, que são necessárias a uma determinada estrutura, e ideologias arbitrárias, *racionalistas*, ‘desejadas’. Na medida em que são historicamente necessárias, as ideologias têm uma validade que é validade ‘psicológica’: elas ‘organizam’ as massas humanas, formam o terreno sobre o qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam, etc. Na medida em que são ‘arbitrárias’, elas não criam senão ‘movimentos’ individuais, polêmicas, etc. (nem mesmo estas são completamente inúteis, já que funcionam como o erro que se contrapõe à verdade e a afirma). Recordar a freqüente afirmação de Marx sobre a ‘solidez das crenças populares’ como elemento necessário de uma determinada situação. Ele diz mais ou menos isto: ‘quando esta maneira de conceber tiver a força das crenças populares’, etc. Outra afirmação de Marx é a de que uma persuasão popular tem, na maioria dos casos, a mesma energia de uma força material (ou algo semelhante), o que é muito significativo. A análise destas afirmações, creio, conduz ao fortalecimento da concepção de ‘bloco histórico’, no qual, justamente, as forças materiais são o conteúdo e as ideologias são a forma – sendo que a distinção entre forma e conteúdo é puramente didática, já que as forças materiais não seriam historicamente concebíveis sem forma e as ideologias seriam fantasias individuais sem as forças materiais”. Antonio Gramsci. op. cit., 1981, p. 62-63.

⁵ “Por hegemonia, Gramsci parece indicar uma situação sociopolítica (em sua terminologia, um “momento”) em que a filosofia e a prática de uma sociedade se fundem ou estão em equilíbrio, uma ordem em que um certo modo de viver e pensar é dominante, em que um conceito é, de ponta a ponta, difundido em uma sociedade em todas as suas manifestações institucionais e privadas, informando com este espírito todo o gosto, moralidade, costumes, princípios políticos e religiosos e todas as relações sociais, particularmente em sua conotação moral e intelectual, o que implica, por fim, um elemento de direção e controle, não necessariamente consciente”. Gwyn Williams. The concept of ‘egemonia’ in the thought of Antonio Gramsci. *Journal of the History of Ideas* XXI, 4, out.-dez., 1960, pp. 586-99 Apud E. P. Thompson. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Antonio Luigi Negro e Sergio Silva (org.). Campinas: Unicamp, 2001, p. 147. É importante ressaltar que a “hegemonia/direção” tem se configurado, no Brasil, muito mais “(...) de um grupo com referência a seus iguais – ainda que em situações historicamente diferenciadas de disputa e conflito, ao longo do tempo – do que com referência a seus ‘outros’ (não-iguais)...”. Sonia Regina de Mendonça. <http://jbonline.terra.com.br/destaques/500anos/id5ma2.html>. Acesso em: 26/mai/02.

⁶ Antonio Gramsci. Op.cit p. 9.

⁷ Ibidem, p. 87.

⁸ Ibidem, p.149.

⁹ Antonio Gramsci. *Cartas do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, p. 224.

¹⁰ Antonio Gramsci. *Os intelectuais e a Organização da Cultura*. São Paulo: Circulo do Livro, s/d, p.17.

¹¹ Apesar da inexistência de consenso na historiografia em se caracterizar a classe dominante nesse período, é certo que a hegemonia pertencia às frações escravocratas, mais especificamente aos cafeicultores fluminenses, que se fizeram em comunhão com o aparato estatal. Para Salles, estes “organizaram esta sociedade [a imperial] que foi a base de uma cultura, um modo de vida e de um Estado próprios, numa palavra, de uma civilização particular, a civilização imperial”. “Uma civilização que era contemporânea de seu tempo, dominado pelo desenvolvimento do capitalismo na Europa e nos Estados Unidos. Uma civilização que, tendo a sua proposta específica de organização econômica e social de base escravista, fora capaz de organizar uma vida política e cultural que lhe conferia uma identidade própria, seja em relação a si mesma, seja em relação ao mundo que a cercava e a continha”. Ricardo Salles. *Nostalgia Imperial*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996, p. 42 e *A guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p. 43. Cada uma das diversas frações tem suas especificidades no que diz respeito à posição que ocupa na produção, nos interesses políticos que defende e em aspectos culturais e nas alianças que preferencialmente costura. No entanto, a natureza desta classe dominante permite a construção de pontos de coesão que criam uma identidade reveladora de experiências comuns. Estas experiências propiciam um reconhecimento entre as frações diante de objetivos comuns e assim constroem uma certa identidade de classe. Portanto, é importante destacar, também, “os grupos ligados às atividades urbanas, que não podem ser entendidas como meros apêndices da produção escravista para exportação, mas que se integram na lógica de reprodução da economia, principalmente aquelas ligadas à circulação de mercadorias, que se integram às diferentes formas de produção (...)”. Théo Lobarinhas Piñeiro. *Negócios e Política no Brasil Império*. In: *Brasil e Argentina. Estado, Agricultura e Empresários*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura/La Plata: Universidad Nacional de La Plata, 2001, p. 122.

¹² Théo Lobarinhas Piñeiro entende *Negociante* como “o proprietário de capital que, além da esfera da circulação, atua no abastecimento, no financiamento, investe no tráfico de escravos, o que permite que controle setores-chaves da economia, inclusive na produção escravista, face ao papel que desempenha no crédito e no fornecimento de mão-de-obra. (...) Atua tanto na atividade comercial, como pode ser encontrado na manufatura,

nas casas bancárias, companhias de seguro, bancos, etc”. Op. Cit., p. 124. Os estudos de João Luís Fragoso apontam para o papel fundamental que exerceram os homens de *grosso trato* na definição dos rumos políticos e econômicos brasileiros, devido à complexidade de nossa história, que não pode ser limitada a *plantation* açucareira e cafeeira. A ação desses negociantes possibilitou que parte da acumulação mercantil fosse reaplicada aqui mesmo, a diversificação de suas atividades e a transferência dos negócios urbanos para o investimento em terras. Além disso, nas décadas finais do século XIX, parte das fortunas agrárias foi transformada em dinheiro e em apólices públicas, “o que insinua a diminuição do ritmo dos investimentos tradicionais. (...) Tal atitude não representava a modernização da economia, mas, antes, reduzia a capacidade de investimento do país e, com isso, contribuía decisivamente para a manutenção de traços das antigas estruturas econômicas.” O Império Escravista e a República dos Plantadores. Economia brasileira no século XIX: mais do que uma *plantation* escravista-exportadora. In: Maria Yedda Linhares (org.). *História geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campos, 1990, p. 163-164 e *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

¹³ Por *Engenharia Imperial* estamos procurando dar sentido a um processo que assinalou a ação política das frações da classe dominante no segundo reinado e, ao mesmo tempo, aqueles movimentos característicos do campo profissional em questão e, ainda, as relações recíprocas que foram estabelecidas a partir daí. Cf. Pedro Eduardo Mesquita de Monteiro Marinho. *Engenharia Imperial: O Instituto Politécnico Brasileiro (1862-1880)*, dissertação de mestrado, Niterói: UFF, 2002.

¹⁴ A partir da noção de campo intelectual podemos compreender a dinâmica dos engenheiros. “...é na medida em que faz parte de um campo intelectual em referência ao qual se define e se constitui seu projeto criador, na medida em que, se quisermos, ele é o contemporâneo daqueles com quem se comunica e aos quais se dirige através de sua obra, recorrendo implicitamente a todo um código que possui em comum com eles – temas e problemas na ordem do dia, maneira de pensar, formas de percepção, etc. – que o intelectual é situado histórica e socialmente. Suas escolhas intelectuais ou artísticas as mais conscientes são sempre orientadas por sua cultura e seu gosto, interiorizações da cultura objetiva de uma sociedade, de uma época ou de uma classe”. Pierre Bourdieu. Campo intelectual e projeto criador. In: Jean Pouillion *et al. Problemas do Estruturalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968, p. 136.

¹⁵ “A supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como “domínio” e como “direção intelectual e moral”. Um grupo social domina os grupos adversários, que visa a “liquidar” ou a submeter inclusive com a força armada, e dirige os grupos afins e aliados. Um grupo social pode e, aliás, deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental (esta é uma das condições principais para a própria conquista do poder); depois, quando exerce o poder e mesmo se o mantém fortemente nas mãos, torna-se dominante mas deve continuar a ser também “dirigente”. Antonio Gramsci. *Cadernos do cárcere*. Vol. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p.62-63. Assim, para Gramsci, a distinção entre o que é “domínio” (situação de força) e “direção” (organização de consenso) é fundamental e nesse sentido, os intelectuais têm um papel importante, já que são eles os agentes que organizam o consenso e possibilitam o desenvolvimento da direção moral e intelectual e, conseqüentemente, o exercício da hegemonia do grupo dominante. No período acima referido, o grupo dominante começa a entrar numa grave crise, que acabou por levar a um abalo na aptidão para dirigir os rumos do país.

¹⁶ Em 7 de março de 1880 foi fundada a Associação dos Engenheiros no Comércio do Rio de Janeiro, o que demonstra a intenção de se institucionalizar as relações dos engenheiros com outros setores da economia do Rio de Janeiro.

¹⁷ “...longe de representar um conceito restrito, ligado à produção fabril, especificamente, a idéia de indústria incorporada ao Clube de Engenharia (...) possuía uma amplitude extraordinária, ligando-se tanto à atividade manufatureira em si, quanto à agricultura, à pecuária e ao extrativismo, de um modo geral, assim como ao comércio, À construção civil e às obras de infra-estrutura.“...suas [Clube de Engenharia] concepções abrangentes acerca da “indústria brasileira” diziam respeito a todas as formas de produção e trabalho, nas quais a engenharia pudesse ser efetiva. De fato, o componente decisivo na delimitação desse conceito era o próprio campo de atuação dos engenheiros. Vânia Maria Cury. *Engenheiros e empresários: o Clube de Engenharia na gestão de Paulo de Frontin (1903-1933)*. 2000. 358f. Tese. Universidade Federal Fluminense, 2000, p. 92 e 100.

¹⁸ Art. 1º - “O Clube de Engenharia tem por objeto promover e estreitar relações entre as classes de engenheiros e dos vários ramos industriais no que diz respeito aos interesses recíprocos das suas profissões”. Decreto nº 8.253 de 10 de setembro de 1881.

¹⁹ Manuel Valladão. *Apontamentos históricos do Clube de Engenharia*. Manuscrito, 1903, p. 8.

²⁰ Vânia Maria Cury. op.cit., p. 92.

²¹ *Revista do Instituto Politécnico Brasileiro e das Obras Públicas do Brasil*, Tomo VII, 1877, p. 13.

²² Antônio Gramsci. op. cit.,2000, p. 349-350.